

Justiça bate à porta do Senado por causa de Luiz Otávio

Isabel Braga, Lydia Medeiros
e Cristiana Lôbo*

• BRASÍLIA. Enquanto os senadores não conseguem convenecer o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) a abrir mão de sua indicação para ministro do Tribunal de Contas da União, as situações de constrangimento se repetem no Senado. Ontem, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ramez Tebet (PMDB-MT), impediu a entrada de três oficiais de Justiça que queriam entregar citações aos senadores por causa da ação popular movida pelo advogado Ricardo Rocha Cubas contra a indicação.

Irritado, Sarney quer até mudar a lei

As citações foram determinadas pelo juiz Guilherme Jorge Resende Brito da 21ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que semana passada concedeu liminar sustando a indicação. Irritado com o que considera ingerência de um poder sobre o outro, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), anunciou que a Mesa Diretora estuda medidas para invalidar a liminar e modificar

até mesmo a Lei 4.717/65, que trata das ações populares.

O Senado deverá apresentar projeto de lei alterando a redação para deixar claro que, em se tratando de atos praticados pelo Congresso, a competência para julgar é do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson Naves, afirmou que a entrega das citações poderia ter sido feita de maneira que não impedisse o andamento da sessão, mas que a lei é clara sobre a competência de juiz de primeiro grau julgar ações populares.

— A lei brasileira diz que quem julga a ação popular é o juiz de primeiro grau, mesmo que a pessoa envolvida seja o presidente da República, que tem foro privilegiado — afirmou Naves. O ministro do STF Marco Aurélio de Mello também não viu problema na entrega das citações:

— O oficial de Justiça tem de cumprir o mandato. Não é interferência de forma alguma. O Judiciário tem a última palavra.

Ao se deparar com as três oficiais de Justiça na sala das comissões, o presidente da

CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), avisou:

— Vocês não podem entrar aqui. É um local de trabalho.

— Só queremos entregar as citações — reagiram as oficiais.

Apenas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que votou contra a indicação de Luiz Otávio, e a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que não participou da sessão, receberam a notificação judicial. Ana Júlia protestou dizendo que o juiz que mandou notificar os senadores, no mínimo, teria que ser bem informado para saber quem estava e quem não estava na sessão que aprovou a indicação de Luiz Otávio.

“Aqui não é uma casinha onde qualquer um entra”

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) reagiu indignado:

— Aqui não é uma casinha do interior onde qualquer um entra — disse Suassuna, que pedia que não fosse autorizada a presença das oficiais de Justiça na Casa.

Ontem Luiz Otávio voltou a dizer que não está disposto a renunciar à indicação. ■

(*) Da GloboNews.com